

BERLIN, ISAIAH. **Idéias políticas na era romântica. Ascensão e influência no pensamento moderno.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009. (organização Henry Hardy). pgs. 379.

Túlio BARBOSA

Doutorando em Geografia da Univ Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente
Professor da Universidade Federal de Uberlândia – UFU
tulio@ig.ufu.br

Por muito tempo resisti às leituras das obras de Berlin, pois erroneamente classificava-o como conservador, aliás, inúmeros críticos apontam essa justificativa para menosprezá-lo. Há alguns anos li “Os dois conceitos de liberdade” de Berlin o que muito me impressionou, apesar de sua postura de receio para com o marxismo. Devido a esse seu receio fiz outras leituras que me obrigaram a retornar a Berlin, somente a pouco venho retomar leituras tão necessárias para o desenvolvimento de um pensamento crítico que destrói e constrói realidades. Como marxista obriguei-me a entender os receios de Berlin e acabei por encontrar fartas contribuições para as ciências humanas, em especial a Geografia.

Neste sentido, é fundamental para a Geografia estudar autores que contribuíram significativamente para o aperfeiçoamento teórico das ciências humanas em geral; assim, estudar o pensamento de Isaiah Berlin é ponto fulcral para o amplo desenvolvimento da ciência geográfica quanto aos aspectos políticos e filosóficos. Deste modo, justifica-se a leitura desta obra organizada por Henry Hardy, pois a mesma oferece um panorama suficiente para que possamos compreender o pensamento de Berlin e ao mesmo tempo questionarmos criticamente a própria teoria do conhecimento geográfico relacionada à política e filosofia e avançarmos epistemologicamente.

A obra é estruturada da seguinte maneira: prefácio e pós-escrito do organizador, em seguida um artigo de J. L. Cherniss que sintetiza o pensamento político de Berlin e a obra do próprio Berlin distribuída em seis pontos (1 – Prólogo; 2 – A política como ciência descritiva; 3- A idéia de liberdade; 4 – Dois conceitos de liberdade: o romântico e o liberal; 5 – A

marcha da história e 6- Apêndice: Ética subjetiva versus ética objetiva). Conta ainda com resumo das conferências de Flexner, notas do organizador para o autor, notas gerais e índice remissivo.

Berlin nestes seus escritos não abandona o pensamento de sua obra fundamental lançada em 1958 “Two Concepts of Liberty”; assim, seus textos reforçam a sua filosofia da e para a liberdade, já que essa temática tão cara é suficiente para produzir questionamentos importantíssimos para compreendermos o pensamento ocidental capitalista. Berlin não abre mão dos clássicos da filosofia e expõe os conflitos idealistas versus materialistas confrontando kantianos e marxistas, fomentando um debate necessário para efetivar a sua agenda filosófica e política que culmina no liberalismo (não como pressuposto econômico), mas como condição de vida dos sujeitos os quais são atrelados cotidianamente à liberdade (em suas múltiplas formas) e também a não liberdade.

Aliás, após 1945 o pensamento filosófico de Berlin passou a ser muito mais intenso quanto às críticas aos regimes totalitários atuando politicamente e incentivando que outros intelectuais agissem da mesma maneira. Passa a ser um crítico importante na Europa Ocidental quanto ao regime stalinista na União Soviética, tece inúmeras críticas ao marxismo soviético, sem abandonar a bandeira política da crítica. Alguns acusam o pensamento de Berlin de liberal-conservador, todavia não compartilhamos desta classificação, pois entendemos que o mesmo parte de bases teóricas e metodológicas críticas que possibilitam irmos além da limitação oferecida pelo *status quo*.

No capítulo “A política como ciência descritiva” ele inicia o mesmo com uma pergunta que o “atormentou” por toda a vida: “Por que haveria o homem de obedecer a outro homem ou grupo de homens?” (p. 77). Ou ainda: “Porque os homens deveriam obedecer como, de fato, obedecem?” (p. 81).

Desta maneira, afirmamos nossa interpretação metodológica quanto à filosofia política de Berlin, isto é, trata-se de um democrata liberal crítico. Berlin para compreender as mudanças gnosiológicas e ontológicas parte das preocupações epistemológicas ao elencar as transformações das relações

sociedade-natureza, neste sentido, destaca a filosofia e a física de Isaac Newton como revolucionário, pois a mesma destrói tabus e dogmas de séculos quanto à relação do homem para com a natureza e vice-versa. Sublinhamos, neste capítulo, o questionamento que Berlin faz da relação moral e conhecimento, pois afirma que o pensamento ocidental é tomado pela crença que associa, obrigatoriamente, o acúmulo de conhecimentos à moralidade, ou seja, os sujeitos que tem conhecimentos são mais aptos e melhores moralmente.

Esses questionamentos de Berlin em associação às transformações das ciências levam-nos diretamente ao ponto central da construção do pensamento moderno, pois o mesmo é forjado na racionalidade clássica em consórcio com o romantismo; assim, aponta a influência de Holbach, Voltaire, Rousseau, Hélietius, Newton, Locke, Diderot, D'Almbert e Goethe como pensadores responsáveis pela edificação da modernidade, os quais impediram o retorno do obscurantismo medieval.

A construção do pensamento político moderno, segundo Berlin, passa obrigatoriamente pela discussão quanto à finalidade da condição humana ligada ao debate referente ao significado da natureza como direcionadora da finalidade. Berlin destacou os argumentos de Hume e Stuart Mill quanto o significado da natureza na vida cotidiana, seja pela racionalidade Hume atrelada aos designos da natureza ou a racionalidade de Stuart Mill que tem por objetivo contornar os infortúnios e os desastres provocados pela natureza. Assim, a finalidade do homem é compreender a natureza, antecipar a mesma e até mesmo imita-la pelas artes, pois isso garante a melhoria do mundo.

No capítulo 2, o autor trabalha com o conceito de liberdade, no qual desenvolve argumentos críticos quanto a tal conceito ao mesmo tempo em que possibilita-nos avanços significativos para com a nossa própria concepção de liberdade com suas vantagens e desvantagens, enfim, por meio da liberdade Berlin questiona a sociedade ocidental capitalista e nos força a reflexões críticas quanto às relações políticas, econômicas e sociais em que vivemos. Deste modo, associa ao conceito de liberdade à palavra negativa, já que

segundo Berlin: “A liberdade é, portanto, no seu sentido primário, um conceito negativo; pedir liberdade é pedir a ausência de atividades humanas que interceptem as minhas [...]” (p. 151).

A não interferência no cotidiano das pessoas por meio de outras pessoas ou por problemas naturais é o ponto principal de sua tese quanto a liberdade negativa, já que a mesma parte do pluralismo, isto é, as idéias que formamos e nossas concepções de mundo são distintas, ou melhor, plurais. Respeitar essa pluralidade é fundamental para garantir a liberdade, já que o pluralismo de valores quando respeitado permite que a liberdade seja ampliada, ao contrário o monismo das idéias é opressor e impede o desenvolvimento de pensamentos críticos alternativos, enfim, a pluralidade de valores e idéias é fundamental para garantir a liberdade em suas múltiplas escalas.

A liberdade é um conceito fundamental para compreendermos o pensamento moderno, que segundo Berlin, estrutura-se a partir da positividade e da negatividade no âmbito da liberdade. Ser livre para agir significa que a liberdade é positiva, pois o sujeito é autônomo e “cria” suas próprias “regras”, ao contrário a liberdade negativa impõe aos sujeitos uma conformidade ajuizada pelas esferas de poder que vão além do sujeito. Quando o sujeito age conforme a obrigatoriedade de uma lei, um costume ou outra imposição o mesmo permanece livre negativamente, já que não terá nenhum problema para com a ordem pública, porém como sujeito não desdobrará sua latente liberdade individual. Neste ponto, Berlin coloca reflexões que nos informam da nossa condição humana submetida ao forjamento de uma ordem, qualquer destoamento do sujeito para com a moralidade impositiva é considerado inoportuno e socialmente reprimido; assim, a ordem nos mantém cativos.

Os sistemas representativos políticos também são vistos com receios, Berlin aponta até a mesma democracia como aprisionadora e sursurpiadora da liberdade, pois ela é regulada por uma minoria em nome de uma maioria que nunca terá acesso pleno a própria liberdade.

Neste ponto, é interessantíssima a relação entre a liberdade e autoridade é dissertada a partir da comparação entre Rousseau, Locke, Hume,

Hobbes e Bodin, já que apenas Rousseau não se preocupou em tentar encontrar um equilíbrio entre a individualidade e o compromisso impositivo social. Segundo Berlin (p. 175) para Rousseau: “[...] a liberdade humana era para ele o que a posse de uma alma imortal era para o cristão ortodoxo, e na verdade tinha um significado quase idêntico a seus olhos.”

A liberdade, portanto, era para o filósofo francês o próprio sentido da vida e pregava a vontade geral como a soma das vontades livres dos sujeitos; assim, Rousseau entendia a educação como fator importantíssimo no aperfeiçoamento da vontade dos homens para buscarem a liberdade. Aliás, nos dias atuais a educação tomou formas estranhas, visto que a própria legislação nacional direciona a mesma para o mercado de trabalho e para a formação de um cidadão desprendido das concepções de liberdade. Berlin alertou-nos quanto a isso ao afirmar a importância de uma liberdade absoluta: “[...] devemos ter liberdade absoluta: a menos que o homem faça o que faz com liberdade absoluta, não é ele quem está agindo; não há ação, apenas um comportamento mecânico [...]”. (p. 195).

Berlin quanto à liberdade absoluta provoca-nos a necessidade de olharmos o mundo além do mecanicismo cotidiano, infiltrado nas nossas ações e até mesmo pensamentos diários. As idéias de Berlin quanto à liberdade são gritos contra qualquer tipo de opressão, a pluralidade das idéias é um chamado para a compreensão de todos os humanos, uma elevação social e moral necessária para o melhoramento das condições de vida no mundo. Trata-se da velha moral kantiana, a qual Berlin proclama como a filosofia mais influente do ocidente capaz de transformar os propósitos políticos, as questões de paz, de guerra e até mesmo a linguagem. A liberdade de Berlin vincula-se, obrigatoriamente, a moral kantiana.

Quanto ao capítulo “Dois conceitos de liberdade: o romantismo e o liberal” Berlin reafirma a necessidade da liberdade absoluta, como não interferência do outro sobre os demais. Tanto a racionalidade como as emoções são atropeladas pelas formulações que mantêm o status quo e coagem inescrupulosamente os indivíduos por meio do interrompimento da própria individualidade. A razão, a emoção, o empirismo, o idealismo são

temas centrais no debate de Bertin, já que a lógica da liberdade passa obrigatoriamente pelo sentido metodológico que damos a mesma; assim, os debates filosóficos são na verdade encontros e desencontros teóricos quanto ao papel do indivíduo e da sociedade atrelados ao significado da liberdade. Faz-se, portanto, contínuo o debate entre a liberdade absoluta e a liberdade relativa, em outras palavras, a liberdade positiva e a negativa.

Berlin salienta a individualidade como fundamento da liberdade, mas não se trata de individualismo, visto que a pluralidade das idéias e das ações precisa de equilíbrio, logo os indivíduos alcançarão sua liberdade absoluta se “abandonarem” suas prisões dogmáticas morais, tomando a ética como mola propulsora de seus atos. Porém, Berlin indica que esse não é o único caminho para a liberdade, pois os indivíduos são únicos e, portanto, têm opções; assim, a liberdade poder ter como base a razão, a emoção, a subjetividade e até mesmo o metafísico. A compreensão de liberdade passa por um destes pontos, ao mesmo tempo em que a intensidade destes pontos interfere na dogmatização ou anarquização da liberdade. Em outras palavras a liberdade romântica ou liberal são opções que dependem dos pressupostos e dos propósitos daqueles que compreendem e vivem a liberdade. Viver a liberdade significa optar por uma postura política (liberal) ou agir cotidianamente reivindicando a liberdade absoluta (romantismo).

Na “Marcha da História”, Berlin questiona os métodos científicos e busca compreender os elementos que os constituem como fundamental e também os constituem como inadequados, para isso utiliza a História e tece alguns debates entre Vico, Hegel e Herder. Subtrai a importância de Hegel para a compreensão da História e o aproxima de Marx, acusando-os equivocadamente de negligentes e dogmáticos para com os processos históricos. O equívoco de Berlin parte do horror que o mesmo sente por qualquer tentativa em explicar o mundo via totalidade, ou melhor, via totalitarismo (seja do método, seja político...). Esse horror o distancia de tudo o que impede o homem de ser livre, ou melhor, para Hegel a História determina e para Marx esse papel é do modo de produção. Ao mesmo tempo reconhecesse a importância de Hegel através do pensamento crítico, por isso, se por um lado

Hegel é negligenciado por Berlin por outro o mesmo Berlin compreende o posicionamento crítico decisivo do filósofo alemão.

O término da organização da obra de Berlin se dá pelo pequeno debate da “Ética subjetiva versus ética objetiva”, confrontando idealistas e materialistas, procura neste debate entender as bases da ética e culmina na sistematização do pensamento de Hume. Em seguida os resumos das conferências Flexner são apresentados pelo organizador da obra, o que é muito interessante, pois é possível a localização temporária das idéias de Berlin.

A contribuição a Geografia de Berlin parte do questionamento da liberdade e obriga-nos a compreender as múltiplas escalas da mesma e a relação deste conceito com nossas opções pessoais e também científicas. Assim, Berlin colabora no sentido de questionarmos a própria estruturação da ciência geográfica, já que suas categorias são fixadas, dogmatizadas e reproduzidas incansavelmente e a liberdade para pensar é resumida em valores científicos pré-existentes e tudo que não está nesta ordem é considerado inválido. Questionar a liberdade é questionar o próprio direito de ser humano; assim, ler Berlin significa que iniciamos o questionamento de nossas ações e pensamentos ao mesmo tempo em que forçamos as grades do dogmatismo acadêmico.

Recebido: 30/11/2009

Aceito: 13/12/2009